



Número: **0938700-75.2024.8.19.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**  
Órgão julgador: **19ª Vara Cível da Comarca da Capital**  
Última distribuição : **16/10/2024**  
Valor da causa: **R\$ 104.234,48**  
Assuntos: **Cédula de Crédito Bancário**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **NÃO**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                            |                    | Procurador/Terceiro vinculado  |             |
|-----------------------------------|--------------------|--|-------------|
| BANCO BRADESCO S.A. (AUTOR)       |                    | CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO registrado(a)<br>civilmente como CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO<br>(ADVOGADO) |             |
| ADRIANO SILVA DO NASCIMENTO (RÉU) |                    | JONATHAN PEREIRA DE SOUSA (ADVOGADO)   |             |
| Documentos                        |                    |  |             |
| Id.                               | Data da Assinatura | Documento  | Tipo        |
| 16683<br>2323                     | 20/01/2025 17:12   | <a href="#">Contestação</a>  | Contestação |



AO DOUTO JUIZO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL / RJ.

Processo nº: 0938700-75.2024.8.19.0001

**ADRIANO SILVA DO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 072.210.647-50, com endereço na Estrada da Gávea, N° 511, Apartamento 501, Gávea, 22451-265, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, vem, respeitosamente à presença de V. Exa., por seu advogado *in fine*, apresentar sua:

## **CONTESTAÇÃO**

Em face da **AÇÃO DE COBRANÇA** que lhe move **BANCO BRADESCO S/A**, aduzindo, para tanto, as seguintes razões de fato e de direito, tudo para o fim de que sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos formulados pela parte Autora.

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035





### **DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES**

A ré indica o endereço Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035, para os fins do art. 272, §5º, do Código de Processo Civil (CPC), bem como requer que as futuras publicações e intimações sejam feitas, exclusivamente, em nome do **DR. JONATHAN PEREIRA DE SOUSA**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 227.583, sob pena de nulidade.

### **DA TEMPESTIVIDADE**

O AR positivo do Réu foi juntado em 13/01/2025 durante o recesso judiciário, iniciando o prazo de 15 dias úteis para oferecimento de defesa em 21/01/2025, com término em 10/02/2025. Portanto, TEMPESTIVA a defesa.

### **DA AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO – ART 319 DO CPC**

Requer a ré que **não** seja designada audiência de conciliação, face a ínfima possibilidade de acordo com a parte autora e, sendo a hipótese de acordo deverá a autora realizar contato com o endereço eletrônico abaixo:

### **DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma a parte ré ter direito público subjetivo à **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, por não possuir recursos suficientes para arcar com os pagamentos das custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo da subsistência própria e de sua família, nos termos dos comandos insertos na lei nº 1.060/50, e artigos 5º, inciso LXXIV c/c o art. 134, da CRFB.

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035





Apresenta-se, neste ato, a declaração de hipossuficiência, a qual comprova que a ré exerce atividade como (autonomo), auferindo renda de forma informal. Tal condição evidencia, de maneira clara, a impossibilidade de acerto com as despesas processuais, considerando que seus rendimentos são variáveis, conforme já detalhado na petição.

Cabe destacar que a lei não exige atestada miserabilidade do requerente, sendo suficiente a "insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios"(Art. 98, CPC/15), conforme destaca a doutrina:

*"Não se exige miserabilidade, nem estado de necessidade, nem tampouco se fala em renda familiar ou faturamento máximos. É possível que uma pessoa natural, mesmo com bom renda mensal, seja merecedora do benefício, e que também o seja aquela sujeito que é proprietário de bens imóveis, mas não dispõe de liquidez. A gratuidade judiciária é um dos mecanismos de viabilização do acesso à justiça; não se pode exigir que, para ter acesso à justiça, o sujeito tenha que comprometer significativamente sua renda, ou tenha que se desfazer de seus bens, liquidando- os para angariar recursos e custear o processo." (DIDIER JR. Fredie. OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Benefício da Justiça Gratuita. 6ª ed. Editora JusPodivm, 2016. p. 60).*

**Por tais razões, com fulcro no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal e pelo artigo 98 do CPC, requer seja deferida a gratuidade de justiça ao**

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: acordo@sousahartz.com.br, telefone: (21) 9970-3035





*requerente.*

### **SÍNTESE DA DEMANDA**

A parte autora afirma que o Réu ingressou no sistema de cartão de crédito administrado por ela, ocasião em que recebeu o cartão referente aos números de finais 8019 - 9768 - 4011 e 30645 – 80210 -84550.

Após a contratação e utilização do cartão, sem o devido adimplemento das faturas nos seus respectivos vencimentos, restou em aberto o saldo devedor, com o consequente cancelamento do cartão.

Em razão disso, afirma o Réu que o autor é devedor da quantia de R\$ R\$ 104.234,48 (Cento e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente a somatória do valor atualizado da última fatura do cartão até a data da inicial, com a incidência apenas da correção monetária pelos índices oficiais e juros de 1% ao mês, conforme planilha de débito anexada a exordial.

### **PRELIMINARMENTE DA CARÊNCIA DA AÇÃO**

Na presente demanda há de se observar que houve Carência da Ação, devido à iliquidez e inexigibilidades do título em que se baseia a presente ação. Afinal, data vênua, inexistia possibilidade de prosperar a ação de cobrança atacada pela contestação, senão vejamos.

É incontestável que o título que embasa a presente ação deve ser certo, líquido e exigível. No caso em questão, trata-se de um cartão de crédito, sendo imprescindível a apresentação das faturas correspondentes e seus respectivos contratos de adesão.

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035





A inicial veio desacompanhada de documentos que conferissem legitimidade à quantia pleiteada. Ademais, e sob qualquer ângulo, o título não se reveste da liquidez, certeza e exigibilidade pressuposta para a ação. Vincula-se a crédito ilíquido, tendo em vista que não há como se saber exatamente a origem do débito. O autor não demonstrou quais índices foram utilizados para a cobrança dos diversos encargos incidentes sobre o pretendido saldo devedor.

Com a máxima vênia, a dívida apontada na peça exordial é ilíquida para os fins do processo. Porque não há clareza nos cálculos da Instituição Financeira quanto aos parâmetros para se chegar à quantia cobrada, nem mesmo possui cálculo ou parecer elaborado por profissional habilitado e competente.

Embora o autor tenha deixado de apresentar na petição inicial os documentos essenciais para a proposição da ação, não foram juntadas as planilhas detalhadas do crédito, as quais indicariam, entre outros elementos, as taxas de juros aplicáveis a cada período específico, os encargos adicionais incidentes, bem como os instrumentos contratuais pertinentes ao caso. Assim a medida mais cabível é o acolhimento da preliminar com a consequente extinção do processo.

#### **INEPCIA DA INICIAL**

Preliminarmente, vem a ré destacar que a presente demanda deve ser extinta por inépcia da inicial, conforme dita o CPC, art. 700, § 4º c/c art 337, inc. IV.

Segundo o disposto no art. 320 do Estatuto de Ritos, "a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação ". E a delimitação fixada no art. 700 e incisos do CPC, é no sentido da exigência do demonstrativo do débito.

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035





No caso dos autos, a norma descrita no art. 320 do Código de Processo Civil não pode prevalecer, uma vez que não existe, com a inicial, os documentados como prova escrita hábil ao manejo da ação de cobrança em liça.

Dessarte, a presente ação não veio instruída com os documentos essenciais à ela, posto não trazer demonstrativos que evidenciassem a evolução do débito. Isso porque a procedência do pleito de cobrança imprescinde da escoreita comprovação do an e quantum debeatur, pois se trata do fato constitutivo do direito do credor, cujo ônus lhe incumbe nessa modalidade de demanda, a teor do art. 373, I, do Estatuto Processual.

É evidente que a petição inicial é inepta, pois dos fatos narrados não decorreu qualquer conclusão lógica do pedido, devendo, portanto, a petição inicial ser declarada inépcia e o feito ser extinto sem resolução de mérito.

Destarte a pretensão autora de perceber a quantia de R\$ 104.234,48 (Cento e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos) sem a devida apresentação da planilha discriminatória, restando impossível a compreensão das partes no que tange ao valor inicial da dívida e os índices indexadores utilizados.

A propósito, essa é a visão do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, quando entendeu que a apresentação do contrato de abertura de crédito rotativo em conta corrente, acompanhado de demonstrativo analítico do débito, é suficiente para comprovar o direito de crédito da instituição financeira autora, pensamento esse que repousa de forma sumulada:

**STJ – SÚMULA 247**

***“O contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento de ação monitória.”***

Todavia, não se discute ser possível o manejo de ação de cobrança, em face de contratos inexigíveis, como ocorre na hipótese, maiormente diante da súmula retro mencionada.

Entrementes, e este é o âmago dessa preliminar, cabe ao credor, nessas circunstâncias, trazer com a peça vestibular, além do pacto firmado, o devido demonstrativo que permita aferir, com segurança e de forma clara, como ele

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035





chegou ao valor reclamado. Desse modo, imperiosa a demonstração da evolução do débito desde o início do inadimplemento das faturas, com expressa menção aos encargos aplicados. Não é o que se revela da exordial em debate.

Desta forma, a petição inicial deverá ser indeferida nos termos do art. 330, inciso I e parágrafo único, do Código de Processo Civil, devendo o presente feito ser extinto, sem resolução de mérito, conforme dispõe o art. 485, inciso I, do mesmo dispositivo legal.

#### **DA REALIDADE DOS FATOS**

O autor ajuizou a presente ação de cobrança referente aos cartões de crédito nº finais 8019 - 9768 - 4011 e 30645 – 80210 -84550, pleiteando o montante de R\$ 104.234,48 (Cento e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Cumpra informar a esse r. juízo que o autor reconhece possuir dívida junto ao seu cartão de crédito e, não se exime quanto a responsabilidade de quitação.

Ocorre que réu não concorda com o valor apontado como devido pela parte autora e entende tratar-se de cobrança indevida e abusiva.

Isso porque não é crível que uma dívida no valor de R\$ 7.286,27, referente a diferença da fatura com vencimento em 28/04/2023 no valor de R\$ 12.286,27 e o pagamento de R\$5.000,00 realizado em 28/04/2023 referentes ao cartão 8019-9768-4011 e o valor de R\$4.520,33 referentes a diferença entre o saldo da fatura de 17/04/2023 e o pagamento realizado no valor de R\$7.000,00 referente ao cartão 30645-80210-84550, alcance a monta de R\$ 104.234,48 (Cento e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos). em apenas um ano.

Cabe ressaltar que o valor total da fatura do cartão 8019-9768-4011 em 28/04/2023 no valor de R\$ 12.286,27 e a parte ré realizou o pagamento de R\$5.000,00, ou seja, restou somente o saldo devedor de R\$ 7.286,27.

Em relação ao saldo devedor do cartão 30645-80210-84550 em 17/04/2023 era de R\$11.520,33 e a parte ré realizou o pagamento de R\$7.000,00,

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: acordo@sousahartz.com.br, telefone: (21) 9970-3035







ou seja, restou somente o saldo devedor de R\$ 4.520,33, perfazendo portanto o saldo devedor o valor de R\$ 11.806,60, valor bem diferente do aduzido pela parte autora em sua exordial.

Vejamos o valor e o vencimento do débito em aberto:

cartão 8019-9768-4011

| Data de Vencimento       | Total da Fatura R\$              |
|--------------------------|----------------------------------|
| 28/05/2023               | 14.923,05                        |
| Pagamento Mínimo R\$     | Parcelado Fácil R\$              |
| 3.542,20                 | Entrada 3.542,20                 |
| Período                  | + 24 x 1.286,64                  |
| Maio / 2023              | Total do Financiamento 30.879,25 |
|                          | CET Anual 219,23%                |
| Resumo das Despesas      |                                  |
| Saldo Anterior           | 12.286,27                        |
| (-) Pagamento / Créditos | 5.000,00                         |

cartão 30645-80210-84550

| Data de Vencimento       | Total da Fatura R\$              |
|--------------------------|----------------------------------|
| 17/05/2023               | 11.003,66                        |
| Pagamento Mínimo R\$     | Parcelado Fácil R\$              |
| 1.205,33                 | Entrada 1.205,33                 |
| Período                  | + 24 x 1.107,73                  |
| Maio / 2023              | Total do Financiamento 26.585,48 |
|                          | CET Anual 219,23%                |
| Resumo das Despesas      |                                  |
| Saldo Anterior           | 11.520,33                        |
| (-) Pagamento / Créditos | 7.000,00                         |

Ademais a parte autora sequer acosta a sua exordial planilha que demonstre qual índice e correção utilizada para chegar na monta de R\$ 104.234,48 (Cento e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), simplesmente demonstrou o valor que acha devido, fazendo o seu cálculo no que se refere a juros e correção no montante que acredita ser devido na data da distribuição da ação sem a ocorrência de juros ou correção. Observe a planilha acostada a exordial.

| PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS                                      |  |            |               |                  |                             |
|--|--|------------|---------------|------------------|-----------------------------|
| ADRIANO SILVA DO NASCIMENTO - 072.210.647-50 / RIO DE JANEIRO - RJ |  |            |               |                  |                             |
| Data de atualização dos valores: agosto/2024                       |  |            |               |                  |                             |
| Indexador utilizado: TJRJ (Tabela Tribunal Just RJ)                |  |            |               |                  |                             |
| Juros moratórios simples de 1,00% ao mês                           |  |            |               |                  |                             |
| Acréscimo de 0,00% referente a multa.                              |  |            |               |                  |                             |
| Honorários advocatícios de 0,00% - (não aplicável sobre a multa).  |  |            |               |                  |                             |
| ITEM   | DESCRIÇÃO  | DATA       | VALOR SINGELO | VALOR ATUALIZADO | JUROS MORATÓRIOS 1,00% a.m. |
| 1  | VISA INFINITE PRIME - 8019 - 9768 - 4011           | 28/05/2024 | 68.583,94     | 68.583,94        | 2.057,52                    |
| 2  | AMERICAN EXPRESS PLATINUM CARD PRIME - 30645 - 802 | 17/06/2024 | 32.934,33     | 32.934,33        | 658,69                      |
| TOTAIS   |  |            | 101.518,27    | 101.518,27       | 2.716,21                    |
| Subtotal   |  |            |               |                  | R\$ 104.234,48              |
| TOTAL GERAL  |  |            |               |                  | R\$ 104.234,48              |

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22775-003, email: acordo@sousahartz.com.br, telefone: (21) 9970-3035





No entanto, não há qualquer indício que comprove que o valor pendente corresponda a esse montante, em razão da falta de documentos comprobatórios, como a fatura do cartão de crédito desmembrada em relação a cada número final, ficha de adesão e o demonstrativo de débito, cálculo contábil demonstrando os índices de juros aplicados ou parecer técnico elaborado por profissional qualificado.

Outrossim, é importante salientar que, apesar das alegações apresentadas pelo autor, não foram anexados aos autos quaisquer documentos que possam servir de fundamento para o prosseguimento da ação.

Dessa forma, o réu não concorda com os valores indicados pela parte autora em sua exordial, por tratar-se de cobrança indevida e ilegal, motivo pelo qual pugna pela improcedência da ação no que tange ao valor apresentado a título de dívida.

#### **DO PARCELAMENTO DO DÉBITO**

É fundamental reconhecer a necessidade de parcelamento da dívida em relação ao montante devido, considerando a atual situação financeira da devedora, que, embora tenha demonstrado boa-fé no esforço de cumprir suas obrigações, encontra-se em dificuldades para saldar o valor integral de imediato.

No caso em questão, após a apuração do valor exato da dívida, a devedora solicita o parcelamento, que se configura como a solução mais adequada para a regularização do débito, possibilitando o cumprimento das obrigações de maneira compatível com sua capacidade financeira, sem comprometer sua subsistência e evitando o acréscimo de um encargo excessivo. Dessa forma, a adoção do parcelamento atende não só aos interesses do credor em recuperar o crédito, mas também respeita a dignidade do devedor, alinhando-se aos princípios da razoabilidade e da função social do contrato.

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035





## **DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

No julgamento da Ação Direta de constitucionalidade 9ADI 2591), em julgamento proferido em 07/06/2006, o STF decidiu que:

“As instituições financeiras estão, todas elas, alcançadas pela incidência das normas veiculadas pelo CDC. 2. Consumidor para efeitos do CDC, é toda pessoa física ou jurídica que utiliza, como destinatário final, atividade bancária, financeira e de crédito.”

O disposto no artigo 29 do CDC vem esparcar toda e qualquer dúvida ao sustentar que:

“Para fins deste capítulo e do seguinte, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas as práticas nele previstas”

Ressalta-se que a hipótese deu origem a sumula 297 do STJ:

“o código de defesa do consumidor é aplicável as instituições financeiras.” Destarte, não subsiste a mais mínima dúvida acerca da aplicação do CDC, Lei 8078 de 11/09/1990 com todas as suas disposições em favor da Autora (hipossuficiência técnica e financeira), razão pela qual requer que a ação seja regida por esta lei.

## **DO CONTRATO DE ADESÃO**

O contrato firmado com a parte Autora fora elaborado unilateralmente pela instituição financeira, enquadrando-se, perfeitamente, como sendo de adesão pelo CDC. Senão vejamos:

Art. 54 – Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos e serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035





No caso em tela, é perceptível a implacável desvantagem do autor, posto que não participou da elaboração do contrato, tampouco teve contato com o mesmo, não sendo observado o direito de discutir, aceitar e tampouco rejeitar os termos contratuais.

Logo, pode o réu elaborar o contrato do modo mais conveniente para si, podendo informar a taxa de juros que quiser, no intuito de atrair o cliente, quando na verdade incide outra taxa sobre o valor do financiamento, deixando o autor na mais clara e excessiva desvantagem.

O Art. 46 do CDC é extremamente claro. Vejamos:

“os contratos que regulam as relações de consumo não obrigam os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.”

O contrato em tela, portanto, já nasceu desequilibrado. Desta feita, em razão de o contrato fornecido pelo banco ser tipicamente de adesão, bem como de a parte Autora estar em desvantagem exacerbada, requer a aplicação do CDC e a revisão de todas as cláusulas contratuais.

### **EXCESSO NA COBRANÇA – JUROS ABUSIVOS**

Conforme narrado, estão sendo exigidos valores indevidos pela instituição financeira, uma vez que composto por juros sobre juros, o que caracteriza a prática de anatocismo e fere os direitos básicos do consumidor.

Ocorre que referidos juros compostos, diários ou mensais, tem a sua cobrança vedada pelo ordenamento jurídico pátrio, nos estritos termos do art. 4. Do decreto nº 22.626 de 07.04.93, que assim dispõe:

Art 4 – é proibido contar juros dos juros; esta proibição

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035





não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta-corrente de ano a ano.

Nesse diapasão, na espécie incide o disposto na Súmula 121, do STF.

“É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada.”

Com esse enfoque de entendimento, urge trazer à colação os seguintes julgados:

DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL. FIES. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. NÃO CABIMENTO. CONTRATO CELEBRADO ANTERIORMENTE À LEI Nº 12.431/2011, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DO ART. 5º, II, DA LEI Nº 10.260/2001. TABELA PRICE. LEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO DO AUTOR NÃO CONHECIDA. APELAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NÃO PROVIDA. 1. A edição da Medida Provisória nº 517, de 30/12/2010, convertida na Lei nº 12.431/2011, alterou a redação do art. 5º, II, da Lei nº 10.260/2001, norma específica do FIES, de modo a autorizar, somente a partir de sua vigência, a cobrança de juros capitalizados mensalmente. 2. Aos contratos de financiamento estudantis celebrados antes da alteração legislativa decorrente da Lei nº 12.431/2011 não se admite a capitalização mensal de juros, estando correta a sentença que afastou a cobrança do encargo, uma vez que o contrato foi firmado em período anterior à indispensável autorização legal. 3. A utilização da Tabela Price não implica automaticamente capitalização mensal de juros, pois constitui mera fórmula matemática que não se destina a incorporar juros não liquidados ao saldo devedor. Havendo previsão contratual, legítima sua adoção para amortização da dívida. 4. Ausente o estado de sucumbência, por não ter ocorrido qualquer gravame causado à parte pelo ato decisório, inexistente interesse em recorrer, porquanto ausente os requisitos da necessidade e utilidade do recurso. 5. Apelação do autor de que não se conhece. 6. Apelação da Caixa Econômica Federal a que se nega provimento [...]

Compreende-se, desta forma, que durante todo o período do contrato (e com novos juros incidentes com a renegociação) foram cobrados juros sobre um saldo acumulado, imediatamente procedente, sobre o qual já forma incorporados juros de períodos anteriores. O que é expressamente

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035





vedado pela norma vigente.

Assim, denota-se a necessária adequação dos valores cobrados. Em vista da nulidade da cláusula que prevê tal método de cobrança.

O artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor é muito claro ao dispor:

Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

- I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;
- II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;
- III - acréscimos legalmente previstos;
- IV - número e periodicidade das prestações;
- V - soma total a pagar, com e sem financiamento.

§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigação no seu termo não poderão ser superiores a dez por cento do valor da prestação.

(Revogado)

§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação. (Redação dada pela Lei nº 9.298, de 1º.8.1996)

§ 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

§ 3º (Vetado).

Em consequência do exposto, constata-se que as cláusulas constantes no contrato de adesão são abusivas, portanto, nulas, conduzindo a total improcedência do valor do pretendido pela parte autora.

#### **DO PEDIDO**

Face o acima exposto, requer à V., Exa, que seja:

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035





- 1) Deferido o benefício da Gratuidade de Justiça;
- 2) Acolhidas as preliminares acima arguidas, quais sejam:
  - 2.1) **Extinguir o processo sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso IV e VI do CPC, em razão da falta de ausência de condições da ação e inépcia da petição iniial;**
- 3) Reconhecer a **CARÊNCIA DA AÇÃO**;
- 4) **EXNTINGUIR A AÇÃO, EM FACE DA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL,**  
**uma vez não** instruída com os documentos indispensáveis;
- 5) A imprescindibilidade do parcelamento do valor devido, caso haja o reconhecimento da dívida, representando a solução mais adequada para a devedora;
- 6) **E ao final descaracterizar o contrato e JULGAR IMPROCEDENTE a presente demanda, condenando o Autor no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios na margem de 20% sobre o valor da causa.**

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos notadamente a documental a testemunhal e a pericial contábil.

Por fim, pede que a publicação no Diário Oficial de todas as decisões em nome do advogado **DR. JONATHAN PEREIRA DE SOUSA, OAB/RJ 227.583, SOB PENA DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.**

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro., 20 de janeiro de 2024.

**JONATHAN PEREIRA DE SOUSA**  
**OAB/RJ 227.583**

Av. Ayrton Senna, 2500 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22775-003, email: [acordo@sousahartz.com.br](mailto:acordo@sousahartz.com.br), telefone: (21) 9970-3035

